



Sistema Unificado de Segurança Pública já é lei

Considerado prioritário na abertura dos trabalhos legislativos de 2018, texto foi sancionado ontem

A lei que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública foi sancionada ontem. O Susp vai integrar os órgãos de segurança de todo o país, como as Polícias Federal, Rodoviária Federal e estaduais. Na aprovação do projeto pelos senadores em maio, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou o texto como o mais importante relacionado à segurança pública que havia passado pela Casa. **3**



Eunício comanda a sessão do Senado na aprovação do projeto que criou o Susp: contribuição efetiva do Congresso para o combate à violência pela inteligência

Moreira/Manz/Agência Senado — 16/5/2018



Para Paulo Paim (C), que presidiu audiência, o governo atual resolveu que o inimigo número um é o movimento sindical

Debatedores ressaltam importância de sindicatos

Participantes de audiência pública da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho disseram ontem que os sindicatos possibilitam a democratização e

a autonomia dos direitos trabalhistas. Na avaliação de juristas e sindicalistas, a reforma trabalhista enfraqueceu as organizações sindicais nos processos de defesa de

direitos e nas negociações coletivas.

Os participantes também discutiram temas como contribuição sindical e direito à greve. **2**

Relações com a Ásia devem ser prioritárias, aponta audiência

Participantes de um debate ontem na Comissão de Relações Exteriores defenderam que o Brasil amplie suas relações com a Ásia, em especial

com a China. Segundo eles, o país se destaca no comércio internacional e pode ocupar espaço deixado pelos Estados Unidos. **3**



Entre Alexandre Uehara e Oliver Stuenkel, Pedro Chaves coordena o debate

Roque de Sá/Agência Senado

Plenário pode votar divulgação de beneficiários de isenção fiscal

Projeto que autoriza a Fazenda Pública a divulgar nomes de beneficiários de renúncia fiscal pode ser votado hoje em Plenário. O Fisco também poderá confirmar informações de beneficiários de programas sociais. **3**

Relatório ao projeto da LDO será discutido hoje em comissão

A Comissão Mista de Orçamento pode votar hoje o relatório preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Além da votação, os parlamentares devem concluir a eleição da mesa da comissão. **2**



Com festas e Copa, junho é mês de prevenção de acidentes com fogos



Período concentra casos de queimaduras por mau uso de fogos de artifício

A temporada de festas juninas e a Copa do Mundo aumentam a preocupação com ferimentos e incêndios provocados por fogos de artifício e balões. O Congresso analisa propostas que tornam mais rigorosos a fabricação, a venda e o uso de fogos ou que agravam as penas para quem soltar balão de ar quente, que é proibido. **4**

Encartado nesta edição, o boletim *Monitor Fiscal*

Sindicato assegura direitos trabalhistas, conclui debate

Participantes de audiência em subcomissão que elabora o Estatuto do Trabalho defenderam a volta da contribuição sindical compulsória e a garantia do direito de greve prevista na lei atual

AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS possibilitam a democratização e a autonomia dos direitos trabalhistas. A avaliação é de participantes de audiência realizada ontem pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Requerida por Paulo Paim (PT-RS), a reunião debateu o sistema sindical no anteprojeto do estatuto trabalhista (SUG 12/2018).

O senador defendeu a atuação do movimento sindical como medida importante para a democracia e o diálogo sobre os direitos trabalhistas.

— O governo atual resolveu que seu inimigo número um é o movimento sindical. O que é totalmente equivocado. Os sindicatos são importantes para qualquer país capitalista, pois são responsáveis por fazer as negociações e buscar o entendimento.

Segundo o secretário nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Valeir Ertle, além de desregular o mercado de trabalho, a reforma trabalhista enfraqueceu os sindicatos nos processos de defesa de direitos e negociações coletivas.

— A reforma dificultou o autofinanciamento dos sindicatos, estabelecendo a autorização expressa de contribuições firmadas em con-



Paim (C) comanda debate sobre os sindicatos e o Estatuto do Trabalho

venções coletivas e retirando das assembleias o fórum de decisão dos trabalhadores.

Entre os aspectos sindicais priorizados na proposta do Estatuto do Trabalho, os debatedores discutiram questões relacionadas à liberdade de negociação coletiva, contribuição sindical e direito à greve.

Contribuição

Para a presidente da Comissão de Direito Sindical e Associativo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Denise Pinheiro, a “nova CLT” precisa explicitar a contribuição sindical compulsória destinada ao financiamento de negociação coletiva.

— Enquanto um trabalhador está se beneficiando e é filiado, o outro não é filiado, mas mesmo assim é beneficiado.

No mínimo, a pessoa precisa contribuir com aquilo que a está beneficiando — defendeu Denise.

Greve

Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Ricardo Lourenço Filho afirmou que é importante a incorporação da lei atual de greve no anteprojeto.

— O artigo nono da Constituição não define a greve. É um texto que garante um proceder sobre a greve. Garante aos trabalhadores decidir quando e por que exercer a greve. Isso é importante porque não faria sentido, em termos constitucionais, permitir ao Judiciário ou ao legislador restringir esse poder de decisão dos trabalhadores.

Paim anuncia movimento por uma reforma tributária justa

Paulo Paim (PT-RS) informou que trabalhadores da Secretaria da Receita Federal e das secretarias estaduais lançaram um movimento por uma reforma tributária solidária.

O senador disse que esse movimento pretende fomentar um amplo debate para corrigir os desequilíbrios do sistema de impostos no Brasil.

— Mais de 70% das pessoas vivendo em extrema necessidade são negras, 64% dos extremamente pobres não completam a educação básica e 80% dos analfabetos são negros. A desigualdade tem outra discriminação hedionda: gênero feminino. Mulheres ganham 62% do valor dos rendimentos dos homens.

Pedro Chaves apoia mudança em imposto sobre Uber

Pedro Chaves (PRB-MS) comemorou ontem a aprovação do projeto que muda para o município de embarque do passageiro o local de recolhimento do Imposto Sobre Serviços devido por empresas de transporte por aplicativo. Hoje esse imposto é recolhido no município onde estão sediadas as empresas de transporte.

— A 99, a Uber e a Cabify mantêm suas sedes dentro do município de São Paulo, retendo a tributação sobre o ISS na capital paulista.

Chaves lembrou que a aprovação foi um compromisso assumido durante a marcha dos prefeitos a Brasília, em maio, quando eles reclamaram da situação financeira dos municípios.

Comissão pode votar relatório preliminar ao projeto da LDO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode votar hoje o relatório preliminar do senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — PLN 2/2018).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias orienta senadores e deputados na elaboração do Orçamento da União. No relatório preliminar apresentado na quarta-feira, Dalírio estabeleceu regras para a apresentação de emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser enviado ao Congresso até o dia 31 de agosto.

O senador também incluiu no relatório a possibilidade de emendas impositivas de bancada. Essa medida não

estava prevista no projeto original enviado pelo Palácio do Planalto. O relator defende que as representações estaduais façam sugestões de despesas, que teriam execução obrigatória em 2019.

Após votar o relatório preliminar, senadores e deputados têm uma semana para apresentar emendas à própria LDO. A votação do relatório final está prevista para o dia 4 de julho na CMO. Depois, o texto segue para o Plenário do Congresso Nacional.

Além de votar o relatório preliminar, os parlamentares devem concluir a eleição da mesa da CMO. Estão vagos os cargos de primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes.

Com Agência Câmara

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Reajuste dos combustíveis**
9h Audiência interativa sobre política de preços e reajustes do gás, do etanol, da gasolina e do diesel. Representantes da ANP e da Petrobras estão convidados.
- CE Rádios comunitárias**
9h Ente 19 itens, o PLS 410/2017, que isenta as rádios comunitárias da cobrança de direitos autorais.
- CI Distribuição de energia elétrica**
9h O PLS 356/2017, que incentiva a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica, é um dos 10 itens.
- CAE Reforma tributária**
10h Audiência interativa para debater o documento *Manifesto Reforma Tributária Solidária: menos desigualdade, mais Brasil*, da Anfp e da Fenafisco, sobre reforma tributária.

- CRA BRF em Goiás**
11h Audiência interativa para debater impactos da atuação da BRF em Goiás. Entre os convidados, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e um representante do Conselho de Administração da empresa.
- CMA Arborização urbana**
11h30 Entre 9 itens, o PLC 188/2015, que destina verba para arborização urbana.
- CCT Atuação da Finep**
14h Audiência interativa sobre a Financiadora de Estudos e Projetos.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A MP 820/2018, sobre assistência a imigrantes, abre a pauta.
- CMO Diretrizes orçamentárias**
14h30 Análise do relatório preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado**: 0800 612211
- **Acompanhe**: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente**: Eunício Oliveira
- Primeiro-vice-presidente**: Cássio Cunha Lima
- Segundo-vice-presidente**: João Alberto Souza
- Primeiro-secretário**: José Pimentel
- Segundo-secretário**: Gladson Cameli
- Terceiro-secretário**: Antonio Carlos Valadares
- Quarto-secretário**: Zeze Perrella
- Suplentes de secretário**: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora**: Angela Brandão
- Coordenadora-geral**: Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo**: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor**: Flávio Faria
- Coordenador-geral**: Sílvio Burl
- Coordenação de Cobertura**: Paola Lima
- Serviço de Reportagem**: Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia**: Leonardo Sá
- Serviço de Arte**: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Sistema que vai integrar órgãos de segurança pública do país vira lei

Sancionada ontem, a norma cria o Sistema Único de Segurança Pública para unir polícias e ações de inteligência no combate ao crime

FOI SANCIONADA ONTEM em cerimônia no Palácio do Planalto a lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O sistema foi aprovado pelo Senado em maio, após um esforço conjunto de senadores e deputados para votação do projeto (PLC 19/2018). O objetivo é integrar os órgãos de segurança pública, como as Polícias Federal, Rodoviária Federal e estaduais, as secretarias de Segurança e as guardas municipais, para que atuem de forma cooperativa, sistêmica e harmônica.

A segurança pública tem sido uma prioridade dos trabalhos no Congresso este ano. Na abertura do ano legislativo, em fevereiro, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu a criação de um sistema unificado de segurança pública e classificou a situação de insegurança em todo o país como uma “nuvem cinza que turva os horizontes do Brasil”. Segundo ele, a situação chegou ao ponto de haver raríssimas famílias capazes de dizer que não conhecem uma pessoa vítima de algum tipo de violência.

— Preservar a integridade física dos cidadãos é a primeira obrigação de um estado democrático. Sem o direito à vida, todos os outros direitos humanos perdem o sentido



Da tribuna, o relator, Antonio Anastasia, defende o Susp durante votação da proposta comandada por Eunício

— afirmou, na abertura dos trabalhos.

Quando o projeto foi aprovado no Plenário do Senado, em maio, Eunício destacou o texto como o mais importante relacionado à segurança pública que havia passado pela Casa.

— Foi uma valiosa contribuição que todos os brasileiros esperam do Congresso Nacional para o combate efetivo da violência pela inteligência — registrou Eunício naquele momento.

Ao sancionar a lei, o presidente da República, Michel Temer, afirmou que o “drama da violência” faz parte do cotidiano dos brasileiros.

— Somos todos vítimas de uma criminalidade cada vez mais sofisticada, que exige um

combate sofisticado, articulado e coeso — reforçou, dizendo esperar que a sigla Susp seja incorporada ao vocabulário dos brasileiros, como já ocorre com o SUS na saúde.

Política

Além de instituir o Susp, a lei cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, prevista para durar dez anos, tendo como ponto de partida a atuação conjunta dos órgãos de segurança e defesa social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em articulação com a sociedade.

O Susp será coordenado e gerido pelo Ministério Extraordinário de Segurança Pública, chefiado por Raul Jungmann.

Em cada região do país será instalado um centro integrado de inteligência, cujas informações serão centralizadas em uma unidade nacional em Brasília. O primeiro centro será instalado no Ceará e reunirá as atividades de inteligência de todo o Nordeste.

Temer vetou alguns pontos do projeto. Um deles criava no âmbito do Susp sistema socioeducativo voltado a adolescentes em conflito com a lei. Outro ponto equiparava agentes penitenciários a policiais. O terceiro equiparava o regime jurídico da aviação das Forças Armadas com o da aviação policial.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado e Agência Brasil

China deve ser prioridade em política externa, dizem especialistas

O mundo caminha para uma possível ampliação do papel da Ásia nas relações internacionais. Por isso, é importante para o Brasil aprofundar o conhecimento sobre esse continente e sua principal protagonista, a China. Essa foi a conclusão dos especialistas que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Até mesmo o resultado das eleições presidenciais no Brasil tem relação direta com o preço das commodities, fortemente influenciado pela China, destacou o professor de relações internacionais Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas. Commodities são matérias-primas negociadas no mercado internacional.

— Quando o preço das commodities é alto, o governo se reelege com facilidade. Quando o preço cai, governos tendem a perder a eleição — explicou.

Para ele, também não há como se pensar em superar as barreiras regionais, que ainda existem na América do Sul,



Senador Pedro Chaves (C) preside debate com participação de professores

sem que a China seja levada em consideração.

Stuenkel acredita que o país asiático pode ocupar ainda o espaço deixado pelos Estados Unidos que, sob a liderança do governo Trump, têm tomado uma atitude isolacionista e nacionalista.

Geopolítica

Os chineses avançam também em questões geopolíticas, com a chegada ao Mar do Sul da China e um possível cenário de conflitos pelo controle da região. De um lado, a China aposta na criação de ilhas e na

construção de bases militares. Do outro, estão os interesses do governo norte-americano, que tenta reduzir a influência chinesa por meio de alianças com os vizinhos asiáticos.

O especialista recomendou ao Brasil acompanhar essa situação de perto e fortalecer as embaixadas para o recolhimento de informações estratégicas.

Depois de consolidar sua relação comercial com as Américas e a União Europeia, a China agora avança para o Oriente Médio e a África, observou professor de relações internacionais Alexandre

Ratsuo Uehara, das Faculdades Integradas Rio Branco.

Ele ressaltou que, na Ásia, região com maior desenvolvimento econômico mundial atualmente, a renda per capita é muito baixa e a tendência é que o padrão de consumo se eleve. Para Uehara, o crescimento da China é sustentável em médio e longo prazos porque o país tem combatido as próprias fraquezas.

Antes conhecida por produtos considerados “descartáveis”, hoje a China fornece itens de valor agregado com o desenvolvimento dos seus recursos humanos. Uehara lembrou que o país investe no sistema de ensino superior e em tecnologia nas universidades.

— A China aparece entre as cinco primeiras parceiras em importação e exportação, se olharmos as principais economias do mundo. Ela é dona de marcas multinacionais — disse.

Por isso, o professor considera importante o Brasil incluir a relação com a China entre as prioridades da política externa.

Divulgação de isenção fiscal pode ser votada pelo Plenário

O Plenário pode votar hoje projeto que autoriza a Fazenda Pública a divulgar os nomes de pessoas beneficiadas por renúncia fiscal. Em 2018, o governo federal deve deixar de arrecadar R\$ 283,4 bilhões em isenções, mas não há lei que determine divulgar nomes defavorecidos pela medida.

O autor do PLS 188/2014 — Complementar, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), diz que a iniciativa contribui para fiscalizar o governo:

“Privar o cidadão brasileiro do acesso a essas informações contribui para cercear sua capacidade de fiscalizar o governo e de questionar eventuais ‘benevolências’ indevidas em nome de pessoas físicas e jurídicas”, argumenta na justificativa.

Benefícios sociais

A relatora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lúcia Vânia (PSB-GO), apresentou parecer favorável ao texto, mas recomendou alterações. Uma delas determina que a Fazenda Pública divulgue apenas os nomes de pessoas jurídicas beneficiadas.

“A divulgação relevante se refere aos benefícios destinados a determinados setores produtivos. São esses que podem distorcer o princípio da isonomia. Parece não haver razão para tornar públicas informações de benefícios usufruídos por pessoas físicas”, afirma.

Lúcia Vânia acrescentou também dispositivo para autorizar o Fisco a confirmar informações prestadas por beneficiários de programas sociais do governo. O objetivo é evitar fraudes, como recebimento de benefício por quem não preencha requisitos de renda.

Imigrantes

A pauta do Plenário está trancada pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 13/2018. Decorrente da Medida Provisória 820/2018, o texto prevê assistência emergencial a imigrantes em situação de vulnerabilidade, em especial venezuelanos que entram no Brasil por Roraima.

Mesmo com a pauta trancada, o PLS 188/2014 pode ser votado antes do PLV 13/2018. Isso porque o projeto de lei é complementar e trata de assunto que não pode ser regulado por meio de medida provisória.

Junho aumenta riscos de acidente com fogos e balões

Temporada de festas concentra casos de queimaduras. Propostas em análise no Congresso estabelecem normas mais rígidas para o setor e agravam pena para quem soltar balão movido a fogo, que é proibido

Aline Guedes

O PERÍODO DE festas juninas — que neste ano coincide com a Copa do Mundo — aumenta a preocupação com acidentes causados por fogos de artifício e balões movidos a fogo.

Apesar dos alertas sobre riscos, a cada ano o Brasil registra de 500 a 600 pessoas internadas com ferimentos por fogos, o que mostra que o país tem resistido à cultura da prevenção. As consequências para os acidentados, além da pressão sobre os serviços de saúde e previdenciários, são drásticas. Sem o cuidado devido, a brincadeira pode resultar em problemas graves, como queimaduras, amputações e até cegueira.

De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM),

no período de 1998 a 2016, o Brasil registrou 197 mortes por acidentes com fogos. Segundo o presidente do conselho, Carlos Vital, considerando-se que em algumas regiões as festas juninas têm início nas quermesses de maio e vão até julho, um terço de todas as hospitalizações acontecem apenas nesse período de 90 dias. O médico alerta que é preciso ter cautela no manuseio dos fogos e promover ações de proteção, principalmente para crianças.

Para o presidente eleito da Sociedade Brasileira de Queimaduras, José Adorno, a persistência de um número excessivamente alto de acidentes com fogos é fruto da ausência ou má qualidade das políticas públicas de prevenção.

— É preciso investir na base, cuidar da educação — defende.

Em razão de o hábito de soltar fogos de artifícios ser muito ligado às festas juninas e, de quatro em quatro anos, à Copa do Mundo, o dia 6 de junho tornou-se em 2009 a data nacional de luta contra queimaduras, por meio da Lei 12.026. É nesse dia que o Ministério da Saúde divulga medidas preventivas para reduzir a incidência de acidentes com queimados. As orientações mostram o que fazer em caso de queimaduras e ressaltam a importância de a população rever o modo como maneja os fogos.

Mais rigor

No ano passado, o Senado aprovou projeto que estabelece regras mais rigorosas para a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, nacionais e importados. De acordo com o PLS 497/2013, apresentado pelo então senador Cyro Miranda, fica proibida a venda desses produtos para menores de 18 anos e limitada a estabelecimentos credenciados. Os fogos — que têm fabricação e venda disciplinadas pelo Exército — deverão ser certificados e serão divididos em cinco classes, em ordem crescente de risco, sendo a última permitida apenas para espetáculos e com venda restrita. Além disso, as fábricas não poderão ser instaladas em áreas urbanas e o uso de fogos será proibido perto de hospitais, escolas, postos de combustível e vias públicas.

Relator do texto, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) lembrou que a maior parte dos acidentes é causada por baixa qualidade dos fogos ou mau uso. O projeto está em análise na Câmara dos Deputados.

Ruído

Soltar rojões e outros artefatos com ruído tem gerado oposição por motivos que vão além do risco de lesões. O Senado avalia uma sugestão legislativa que pede a proibição do uso desses materiais. A SUG 4/2018 foi apresentada (por meio do Portal e-Cidania, do Senado) pelo empresário Rogerio Nagai, de São Paulo. Ele argumenta que, além de perigosos, os fogos com estampido incomodam pessoas hospitalizadas e animais.

A sugestão está sendo avaliada por Rodrigues Palma (PR-MT) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Caso considere que há fundamento jurídico na



Balões de ar quente são um perigo para a aviação e podem provocar incêndios



Anastasia chama a atenção para mau uso e baixa qualidade dos fogos

ideia, o senador propôs à comissão que ela seja convertida em projeto de lei.

Iniciativas do tipo, porém, despertam preocupação das comunidades e empresas envolvidas na produção de fogos. Santo Antônio do Monte (MG) é a maior produtora de fogos do Brasil. Conhecida como Capital dos Fogos de Artifício, a cidade tem 67 fábricas de foguetes, rojões, morteiros e bombinhas. O setor é a principal fonte de renda do município.

O prefeito da cidade, Edmilson Costa, é contra a proibição. Ele diz que a indústria pirotécnica já sofre perseguição de ambientalistas e autoridades que tentam coibir a produção, por meio de normas, e que uma eventual proibição colocaria em risco a economia da região. Costa conta que tem conversado com parlamentares sobre as implicações da proposta.

— Fogos sem estampido não têm a mesma graça, e a gente tem explicado isso a muitos deputados e senadores. Espero que o bom senso do Senado e da Câmara prevaleça.

Balões

Outro ingrediente tradicional das festas juninas, os balões não esportivos movidos a fogo são uma fonte de risco de incêndio para edificações, aviões, florestas e plantações, pondo em perigo a saúde e a vida de pessoas e animais.

Fabricar, vender, transportar ou soltar balões são delitos previstos na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605). Apesar da proibição, esses artefatos têm dimensões cada vez maiores, ultrapassando 40 metros de altura e 100 quilos.

Proposta que agrava a pena

para essas condutas está em análise na Câmara. Segundo o Projeto de Lei 3.693/2012, a penalidade, hoje fixada em detenção de um a três anos ou multa, ou ambas cumulativamente, passaria a ser de reclusão de dois a cinco anos e multa. Pelo texto, os estabelecimentos que fabriquem ou comercializem produtos usados na confecção de balões deverão afixar, em locais visíveis ao público, avisos compostos pelos seguintes dizeres: “Fabricar, vender, transportar e soltar balões não é legal. É crime ambiental”. Além disso, o cartaz deverá especificar a punição e o número de telefone para denúncias (190).

De acordo com a Força Aérea Brasileira, os episódios de balões de ar quente cruzando aeronaves são frequentes e trazem perigo aos profissionais e usuários da aviação.

Segundo o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), a temporada dos festejos juninos quase dobra o número de registros de balões nos céus de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Na sexta-feira, um enorme balão foi flagrado cruzando o céu de São Paulo, na rota de aviões do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Como o trabalho repressivo é função das polícias, o Cenipa atua na prevenção. O órgão mantém o Programa Risco Baloeiro, que recebe informações sobre atividades que envolvem balões em todo o país. A partir das informações, são feitas campanhas de prevenção e conscientização da sociedade.

Orientações em caso de queimadura

Falta de treinamento em primeiros socorros diminui as chances de recuperação de acidentados com fogos de artifício



Lave a queimadura com água corrente em temperatura ambiente, até que a área seja resfriada



Não passe na queimadura nenhum produto, receita caseira ou pomada. Isso aumenta o risco de infecção



Busque o posto de atendimento mais próximo



Não tente romper nem estourar as bolhas



Caso não haja atendimento próximo, acione o Samu ou corpo de bombeiros



Tecidos ou materiais que grudam no ferimento, como o algodão, devem ser evitados



Retire acessórios (pulseiras, relógios, anéis, piercings, brincos etc.), pois o corpo incha naturalmente após uma queimadura e esses objetos podem ficar presos



O queimado não deve retirar a roupa, ainda que atingida pelo fogo. O ideal é molhar a vestimenta e mantê-la úmida até a chegada ao pronto-socorro

Saiba mais

Manual de Prevenção de Queimaduras
<http://bit.ly/PrevencaoQueimaduras>

Risco Baloeiro — FAB
<http://bit.ly/RiscoBaloeiro>

Pedidos de palestras ou material educativo ao Cenipa
imprensa.cenipa@gmail.com

Opine sobre a SUG 4/2018 no Portal e-Cidania
<http://bit.ly/SUG4-2018>

Conselho Federal de Medicina
<http://bit.ly/fogosCFM>